

## **CURSO PRESENCIAL: LEI 13.303/2016 - LICITAÇÕES E CONTRATOS POR EMPRESAS ESTATAIS.**

Como Licitar e Contratar de Forma Apropriada e em Conformidade com a Jurisprudência do TCU.

### **OBJETIVOS:**

Oferecer aos participantes, informações acerca das disposições legais que orientam desde o planejamento da contratação até o recebimento definitivo do objeto de um contrato administrativo, passando pela gestão e fiscalização de tal avença.

#### **Objetivos Específicos:**

examinar os principais aspectos ao planejamento da contratação pública aplicáveis às empresas estatais; compreender os processos institutos jurídicos e administrativos relacionados à formalização de um contrato; dotar o aluno de referencial teórico e prático em processos de contratação feitos por empresas estatais, de forma a permitir a identificar os aspectos relevantes que devem ser examinados pelas equipes envolvidas; e, mitigar riscos de eliminação dos processos de contratação realizados por uma empresa estatal, a partir dos principais entendimentos do Tribunal de Contas da União.

### **APRESENTAÇÃO:**

Em ambiente de mudanças céleres como as atualmente vividas por nosso país é necessário reciclar as competências dos empregados das empresas estatais, em especial os que lidam com licitações e contratos. Inúmeras normas vêm sendo editadas e impactando não só na gestão, mas também nos aspectos que devem ser acompanhados na execução contratual. Nesse contexto, ganha destaque a Lei 13.303/2016, conhecida como Lei das Empresas Estatais - LEE.

Os diversos aspectos da norma vêm sendo tratados de forma recente pelo Tribunal de Contas da União, órgão de referência no Controle Externo em nosso país. Inúmeros aspectos, novos e controvertidos, vêm sendo discutidos pelo TCU. O adequado gerenciamento das licitações e contratos por empresas estatais deve levar em consideração tais entendimentos, pois certamente serão examinados pela Corte de Contas Federal.

Assim, o presente curso pretende contribuir para o aperfeiçoamento das atividades daqueles que lidam com os processos de contratação da realizados por empresa, envolvendo desde o planejamento da licitação até a formalização, gestão e fiscalização dos contratos administrativos, a partir de abordagens de controvérsias suscitadas pela aplicação das normas vigentes, com ênfase na jurisprudência do TCU, que será examinada, criticamente, à luz de métodos e técnicas de interpretação/aplicação. Ademais, serão realizados estudos de caso e oficinas, com simulação de cenários, de forma que os cursistas também possam, daí por diante, usar tanto os artefatos ligados à seleção quanto possam desempenhar adequadamente a fiscalização dos contratos que estejam sob sua incumbência.

Quanto à forma de realização, propõe-se que o curso seja feito por meio do ensino à distância – EAD, em face das restrições atuais decorrentes da pandemia do Corona Vírus – Covid-19.

### **QUEM DEVE PARTICIPAR DO CURSO?**

Membros de comissão de licitação, advogados e pareceristas jurídicos, estudiosos do Direito, autoridades envolvidas com licitações, servidores das áreas de compras e logística de instituições públicas e fornecedores da Administração Pública.

### **QUAL O CONTEÚDO COMPLETO DO CURSO?**

#### **I – 1. CONTEXTUALIZAÇÃO E CONCEITOS IMPORTANTES (AMBIENTE VIRTUAL)**

Fundamentos constitucionais da Lei de Responsabilidade das Estatais (LRE) Abrangência e Alcance da norma Aplicabilidade dos princípios e diretrizes da LRE Objetivos perseguidos no Processo Licitatório Seleção da proposta mais vantajosa Garantia de Padronização Critérios de Sustentabilidade Vigência e Aplicação Regulamentação no âmbito de cada empresa

#### **II – 2. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

Publicidade do procedimento; apresentação de propostas e lances; modos de disputa aberto e fechado; lances intermediários Inversão de fases: julgamento das propostas e, na sequência, habilitação; etapa de negociação; etapa recursal única Critérios de julgamento (tipos de licitação) e sua aplicação: menor preço, maior desconto, melhor combinação de técnica e preço, melhor técnica, maior oferta de preço, maior retorno econômico Regimes de execução: recomendações para uso, riscos e cautelas Contratação integrada: situações aplicáveis; utilização do critério de técnica e preço ou de menor preço; transferência de riscos para a contratada; vedação da celebração de aditivos contratuais; inserção de taxa de risco no orçamento base da licitação Contratação semi-integrada: características As contratações integradas e semi-integradas comparadas com os demais regimes de execução contratual (empreitada por preço global, empreitada integral e empreitada por preço unitário) Possibilidade de aceitação de projetos com metodologia diferenciada de execução na contratação integrada ou semi-integrada e os seus impactos na definição de riscos O que se entende por matriz de riscos Anteprojeto, projeto básico e projeto executivo: distinção, conteúdo e responsabilidade pela elaboração Restrição aos autores dos projetos e anteprojeto Cadastro e pré-qualificação Licitação restrita aos pré-qualificados Sistema de registro de preços Remuneração variável (contratos de eficiência) Adoção preferencial do pregão para aquisição de bens e serviços comuns Objeto do pregão Conceito de bens e serviços comuns Obras e serviços de engenharia

### III – 3. FASES DA LICITAÇÃO

Fase interna  
Elaboração do edital  
Definição do objeto da licitação  
Possibilidade de indicação de marca ou de características restritivas  
Utilização das expressões de caráter subjetivo “similar” ou “de melhor qualidade”  
Exigência de certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental  
Elaboração do orçamento base (orçamento estimado)  
Conceituações de sobrepreço e superfaturamento trazidas pela LRE e suas implicações para os particulares e para as entidades contratantes  
Sigilo do orçamento elaborado pela Administração  
Implicações, vantagens e desvantagens acerca da utilização de orçamentos sigilosos ou públicos na LRE  
Exigências de habilitação  
Parecer da assessoria jurídica  
Fase externa  
Prazos mínimos para apresentação de propostas  
Julgamento e classificação  
Aceitabilidade do preço global e dos preços unitários  
Conceito de exequibilidade e de sobrepreço  
Preço manifestamente inexequível  
Propostas acima do orçamento base  
Negociação de condições mais vantajosas após o julgamento das propostas  
Adjudicação, homologação e revogação da licitação  
Responsabilidade da autoridade competente

### IV – 4. CONTRATO ADMINISTRATIVO

Formalização  
Publicação e eficácia contratual  
Abandono das cláusulas exorbitantes  
Cláusulas necessárias  
Vigência e prorrogação  
Vigência não mais atrelada ao exercício financeiro  
Alterações contratuais  
Pressupostos  
Contornos e limites  
Reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de alteração contratual  
Aditivos contratuais e “jogo de planilha”: observância dos limites previstos na legislação  
Acréscimos e supressões: limites, descaracterização do objeto e compensação  
Inclusão de objeto novo, não previsto na planilha de custos  
Aplicação de penalidades  
Situações ensejadoras da aplicação de penalidades  
Sanções previstas na Lei 13.303/2016: quando se deve aplicá-las

### V – 5. EXCEÇÕES LEGAIS AO DEVER DE LICITAR

Contratação direta: hipóteses de exceção  
Planejamento da contratação: fase interna  
Dispensa e inexigibilidade: diferenças entre os institutos  
Hipóteses de dispensa  
Licitação dispensada  
Licitação dispensável  
Hipóteses mais frequentes  
Dispensa em razão do valor  
Pressupostos da contratação emergencial  
Distinção entre “emergência” e “falta de planejamento”  
Prazo máximo legal de duração dos contratos  
Contratação direta com outras empresas estatais  
Hipóteses de inexigibilidade  
Pressuposto da inviabilidade de competição  
Fornecedor exclusivo e cautelas exigidas na comprovação da exclusividade  
Prestação de serviço com exclusividade  
Serviços técnicos especializados e executados por profissional de notória especialização  
Caracterização dos serviços como sendo de natureza singular  
Comprovação da notória especialização  
Formalização: observância dos requisitos legais  
Justificativa do preço  
Razão da escolha da contratada

### QUEM VAI MINISTRAR O CURSO?



**Sandro Bernardes - Auditor do TCU** Auditor do TCU há 10 anos, sendo atualmente um dos responsáveis pelo boletim de licitações e contratos editado do Tribunal; Ex-servidor da CGU; Professor de diversas instituições públicas (ISC-TCU, Enap, Ministério do Planejamento, TCE-CE, dentre outras); Formação em Economia e Pós graduação em Licitações e Contratos e em Auditoria. Professor de cursos preparatórios para concursos públicos em Brasília; São Paulo e Belo Horizonte; Autor de livro de licitações e contratos; Especialista em auditoria governamental.



**Corpo Docente da One Cursos** Instrutor e palestrante em nível nacional, com experiência no programa proposto.

### MODALIDADE PRESENCIAL:

### ESTE CURSO INCLUI:

- Mochila
- Apostila Impressa
- Coffee Break
- Certificado de Conclusão



## VALOR DO INVESTIMENTO:

- Preço Individual: R\$ 2.790,00
- Três participantes do mesmo órgão (cada): R\$ 2.740,00
- Quatro ou mais participantes do mesmo órgão (cada): R\$ 2.700,00

## FORMAS DE PAGAMENTO:

O pagamento poderá ser realizado das seguintes formas:

- Empenho
- Ordem de Serviço/Autorização
- Depósito em Conta

## INFORMAÇÕES PARA PAGAMENTO

IOC Capacitação LTDA

- CNPJ: 10.825.457/0001-99
- Inscrição Estadual: 07.520.699/001-64
- Banco: Bradesco
- Agência: 0606
- Conta: 569906-1

## MAIS INFORMAÇÕES:

**Telefone 1:** (61) 3224-0785 **Telefone 2:** (61) 3223-8360 **Telefone 3:** (61) 3032-9030

**E-mail 1:** [inscricao@onecursos.com.br](mailto:inscricao@onecursos.com.br)

**E-mail 2:** [ionecursos@gmail.com](mailto:ionecursos@gmail.com)

**E-mail 3:** [inscricao@onecursos.com.br](mailto:inscricao@onecursos.com.br)